

ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

Pregão Eletrônico nº 003/2021 – LOTE 1

*Recebido em
06/07/2021
às 15:00
monetum*

JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.,
pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ sob o número 07.952.819/0001-06 e com sede na Av das Américas, 19005, Torre 1 sala 427 – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, vem, por seu representante legal na forma dos seus autos constitutivos, apresentar

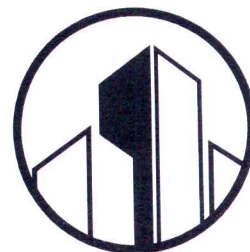
RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do artigo 3º, XVIII da Lei nº 10.520/2002, e também do respectivo edital, em face da decisão equivocada que decretou a inabilitação da recorrente., tendo em vista o formalismo excessivo quanto à análise da proposta e interpretação errônea sobre a Convenção Coletiva de Trabalho a ser usada para elaboração da mesma, e sem levar em conta a menor onerosidade para a Administração Pública, segundo as razões de fato e de Direito que serão abordadas nas linhas a seguir.

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. É tempestivo o presente recurso tendo em vista que a sessão pública que decretou a inabilitação da Recorrente para o lote 1 e declarou a SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI. vencedora do certame ocorreu no dia 1 de julho de 2021 (quinta-feira), iniciando-se o prazo de 3 dias do artigo 3, XVIII da Lei 10.520/2002 no dia seguinte, findando-se, portanto, no dia 06 de julho de 2021.

2. Sendo interposto na presente data através do envio de email ao endereço eletrônico comissao@faetec.rj.gov.br com posterior envio do original no protocolo central da FAETEC, conclui-se pela tempestividade do Recurso Administrativo.



II – DOS FATOS

3. A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Fundação de Apoio a Escola Técnica – FAETEC, abriu licitação para contratação de “empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, nas funções de Apoio Administrativo”, conforme as condições estabelecidas no respectivo ato convocatório.

4. Após a etapa de lances, a Recorrente ficou classificada em 7º lugar, após as 6 empresas que tiveram colocação melhor do que a recorrente serem inabilitadas, por não terem habilitação para executar o contrato, objeto dessa licitação, a recorrente foi convocada pelo Ilmo. Pregoeiro para apresentar a documentação e proposta pertinente ao lote 1 do referido Pregão.

5. Como não poderia deixar de ser, a Recorrente cumpriu com a determinação do Ilmo. Pregoeiro e entregou toda documentação de habilitação, proposta readequada ao lance vencedor, em conformidade com o instrumento convocatório no dia 07/05/2021

6. Para a surpresa da Recorrente, ao retornar o certame no dia 17/05/2021, o Ilmo Pregoeiro assim decidiu para o lote 1:

17/05/2021 14:10:19 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.

17/05/2021 14:09:31 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.

17/05/2021 14:09:03 - Pregoeiro : As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em conformidade com as exigências do edital.

17/05/2021 14:07:05 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade, utilizamos a CCT RJ000713/2021 como base para análise de custos.

17/05/2021 14:06:37 - Pregoeiro : A empresa apresentou a CCTRJ000544/2020, vencida.

17/05/2021 14:07:58 - Pregoeiro : Sendo assim, constatamos que a proposta apresentada está em desacordo com as exigências do edital convocatório.



17/05/2021 14:10:48 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA, arrematante do lote I, encontra-se INABILITADA.

7. Como podemos concluir de acordo com o chat oficial da sessão, o Ilmo. Pregoeiro declarou que a Recorrente apresentou toda documentação de habilitação em conformidade com o instrumento convocatório, porém, foi inabilitada por apresentar proposta em desconformidade, pois apresentou a Convenção Coletiva Vencida.

8. Ocorre que tal afirmação é um equívoco na interpretação em relação a vigência da Convenção Coletiva. No que tange a CCT, o instrumento convocatório destaca:

"9.2.4 - A proposta deverá prever o pagamento do Vale Alimentação com o valor mínimo diário, conforme CCT – Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, e da Legislação Vigente."

9. A recorrente ao elaborar a proposta para disputa da fase de lance, considerou a convenção coletiva vigente, de acordo com o registro da sessão em anexo ao recurso, a fase de lance ocorreu no dia 26/03/2021, a Convenção Coletiva RJ000713/2021 que a assessoria de contabilidade informou que se baseou para análise de custos foi registrada no MTE em 30/03/2021, o que a torna impossível de ser utilizada pela recorrente para elaboração da proposta em questão, comprovando assim o equívoco do Ilmo. Pregoeiro em inabilitar a recorrente.

10. O Art. 614 da CLT determina a necessidade de registro e arquivo das CCT e ACT no Ministério do Trabalho e Emprego. O §1º do mesmo artigo 614 dispõe que três dias após a data de depósito no MTE os documentos coletivos entram em vigor.

11. Ante algumas divergências sobre a recepção desta disposição pela Constituição Federal, prevalece o entendimento de que o artigo foi recepcionado e que se faz necessário o depósito (ato conhecido como homologação) da norma coletiva para o fim de dar publicidade e possibilitar o conhecimento de terceiros.

12. Segundo entendimento jurisprudencial, as normas coletivas oriundas da CCT ou ACT geram direitos e obrigações para as partes a partir da assinatura do instrumento, nos termos legais, pelos sindicatos da categoria envolvida.



13. Nesse aspecto, a partir da assinatura da CCT ou ACT o documento já passa a surtir efeitos entre as partes e empresas cujos empregados estão inseridos na categoria abarcada pelo respectivo instrumento, já deverão atender as suas cláusulas, repercutindo nos contratos de prestação de serviços. **Porém, para ter validade perante terceiros, o documento deve ser devidamente registrado e arquivado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, como exige a norma.**

14. Embora a cláusula primeira da CCT RJ000713/2021, aborda a vigência e data base, de 01/03/2021 a 28/02/2022, o registro ocorreu em **30/03/2021, vale destacar, data posterior a realização da fase de lances**. Os efeitos da CCT retroagem a vigência da mesma, **porém antes do registro no MTE a recorrente não tinha acesso ao documento, impossibilitando de ser utilizada para elaboração da proposta, o que evidencia mais uma vez o equívoco do Ilmo. Pregoeiro em inabilitar a JGM Serviços.**

III – DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR DO LOTE 1, DO FORMALISMO EXACERBADO E DA ECONOMICIDADE NA CONTRATAÇÃO

15. A empresa recorrente foi inabilitada estando em 7 colocação, disputou a fase de lances tendo elaborado sua proposta com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, conforme demonstrado acima. A empresa SELETTI ficou em 14 colocação. O entendimento equivocado e ilegal, deu oportunidade da “vencedora” ter conhecimento do entendimento da comissão de licitação acerca do assunto, tendo o privilégio de adequar o valor da sua proposta a CCT 2021/2022, mesmo tendo vigência posterior a realização do certame e se beneficiar de um valor mais alto ofertado, o que fere de morte o princípio da ISONOMIA, da LEGALIDADE, da COMPETITIVIDADE, da ECONOMICIDADE e da EFICIÊNCIA.

16. Ao buscar como justificativa para inabilitação da JGM, evidencia-se a busca de qualquer justificativa em excluir a proposta mais vantajosa, **ao ponto de não observar datas de realização do certame para o registro da Convenção Coletiva de Trabalho “exigida” de forma ilegal e em fase inoportuna.**

17. **É obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.**



18. No que concerne à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o princípio da economicidade versa sobre a finalidade da licitação, devendo o pregoeiro responsável pelo ato estar incumbido de honestidade ao cuidar da coisa pública, não dispendendo, ao seu próprio arbítrio, de recursos desnecessários.

Marçal Justen Filho, no tocante ao princípio da economicidade, assim afirma:

"... Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos". (Justen Filho, 1998, p.66) "

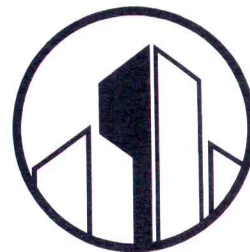
19. Cumpre ainda observar que a proposta da empresa declarada, até o momento habilitada, é **10,74% ACIMA DA PROPOSTA DA RECORRENTE**, ou seja, **R\$ 1.300.000,00** (hum milhão e trezentos mil reais) maior que a da JGM Serviços.

20.

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA	JGM X SELETTI
JGM	R\$12.100.000,00	10,74%
SELETTI	R\$13.400.000,00	

21. É importante repisar alguns conceitos básicos referente as compras públicas, mais especificamente no que diz respeito a licitação propriamente dita.

22. Segundo a lição do professor José dos Santos Carvalho Filho, licitação é "o procedimento administrativo **vinculado** por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados (...)"¹.



23. Diante da esclarecedora lição do professor Carvalho Filho, é de se concluir que, em primeiro lugar, a licitação é um procedimento estritamente vinculado, que não deixa margem para considerações discricionárias do administrador. Toda a atividade numa licitação deve encontrar-se respaldada pela lei, vedada a possibilidade de análise da conveniência e oportunidade por parte do pregoeiro.

24. Há que se ressaltar novamente **QUE A FINALIDADE PRIMORDIAL DA LICITAÇÃO É A BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEGUNDO O INTERESSE PÚBLICO**, dentro dos parâmetros permitidos por lei. Assim, se verifica que tal princípio norteador do procedimento licitatório fora desrespeitado, uma vez que mesmo a recorrente sendo possuidora da melhor proposta, cumprindo todos os requisitos do edital, **APRESENTANDO PROPOSTA BASEADA NA CONVENÇÃO COLETIVA VIGENTE A DATA DO CERTAME**, ainda que levianamente desconsiderada pela comissão, a mesma optou por inabilitá-la e habilitar empresa que possuía proposta significativamente mais onerosa para a Administração Pública.

25. Diante do exposto acima, fica evidente que o Ilmo. Pregoeiro não observou a economicidade, a supremacia do interesse público e se equivocou na interpretação no que tange a vigência da convenção coletiva de trabalho ao inabilitar a recorrente e declarar vencedora a empresa SELETTI

IV – CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, requer-se seja reformada a decisão que decretou a inabilitação da Recorrente, passando a considerá-la como habilitada, e, diante do menor preço global apresentado pela Recorrente em comparação com a empresa **SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIOS EIRELI**. Seja a Recorrente declarada a vencedora do **Lote 1 Pregão Eletrônico 003/2021**.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2021

Bruno Motta

Representante Legal

JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000713/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013858/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103061/2021-26
DATA DO PROTOCOLO: 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO COSTA GARCIA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL MARTINS MEIRELES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

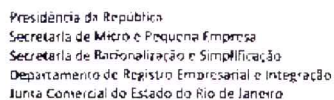
CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00

8

**Nº do Protocolo**

Delegacia de Itaborai

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) ONTANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF:

33.2.1047650-5

Tipó luntiro

Sociedade empresária limitada

© 2010 Springer

Empresa de Pequeno Porte

Data de criação do protocolo na web: 26/05/2023
15:26:56

51-2021/139292-8

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro

J G M SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

Local	Nome:	JOAO GABRIEL RAUOL
	Assinatura:	
Data	Telefone de contato:	(31) 98799 7561
	E-mail:	Maecio.cao@hotmail.com
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	26/05/2021
	Data da 1ª entrada:	



SI-2021/139292-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J. G. M. SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA



JULCE 1A

Page 02/11

JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ nº 07.952.819/0001-06

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

RAPHAEL WILLIAN PAES PEREIRA, brasileiro, divorciado, nascido em 20/08/1988, empresário, residente e domiciliado à Av. Genaro Carvalho 2116 Apto 302, Bairro Recreio dos Bandeirantes- RJ, CEP 22.795-078, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 20.431.229-2 Detran/RJ, e devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 112.165.458-66, e;

JOÃO GABRIEL RANGEL, brasileiro, casado no regime parcial de bens, nascido em 16/10/1995, empresário, residente e domiciliado à Rua Doutor César Cartel Villela 533, Casa 1, Bairro Recreio dos Bandeirantes- Rio de Janeiro-RJ, CEP: 22.790-704, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. 25.811.347-1 Detran/RJ, e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 129.983.837-50;

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, com endereço comercial a Avenida das Américas, Bloco 1, Sala 427, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro- RJ, CEP 22.790-703, registrado na JUCERJA, NIRE: 33.2.1047650-5, RESOLVEM, por este instrumento particular de alteração contratual, alterar o seu contrato social e alterações anteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Resolvem os sócios neste ato alterar a razão social para "FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA" e nome fantasia "FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS".

CLÁUSULA SEGUNDA

RAPHAEL WILLIAN PAES PEREIRA, que possui na sociedade capital social de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) representados por 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 4,00 (quatro reais) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, retira-se da sociedade, vendendo e transferindo a totalidade de suas quotas, pelo mesmo valor nominal ao Sr. BRUNO MOTTA DA SILVA, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/03/1983, empresário, residente e domiciliado à Rua Manoel Borba 156, Senador Camará, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.830-450, Portador da Cédula de Identidade Civil nº 20.493.936-7, expedida pelo Detran-RJ e inscrito no CPF/MF nº 100.109.797-19, o qual ingressa neste ato na sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA

JOÃO GABRIEL RANGEL, que possui na sociedade capital social de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) representados por 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 4,00 (quatro reais) cada

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 33.2.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB O NUMERO 00004081618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2.6A15H5A3B7A6FA467EF3DD36FRED6C06039820CC5950E6A38

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.



JUCEC-RJ
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 03/11

uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, retira-se da sociedade, vendendo e transferindo a totalidade de suas quotas, pelo mesmo valor nominal ao Sr. EDILBERTO ROMERO DEPARDO, argentino, casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 27/05/1959, empresário, natural do Distrito de Buenos Aires, residente e domiciliado à Rua Aarão Steinbruch, 154, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.790-785, Portador da Cédula de Identidade Civil nº W 343683-0, expedida pelo RNE e inscrito no CPF/MF nº 665.953.557-87, o qual ingressa neste ato na sociedade.

CLÁUSULA QUARTA

Os sócios retirantes RAPHAEL WILLIAN PAES PEREIRA e JOAO GABRIEL RANGEL, dão aos sócios ingressantes BRUNO MOTTA DA SILVA e EDILBERTO ROMERO DEPARDO, plena, rasa e geral quitação da sessão das quotas ora efetuadas, declarando este conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogados os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento particular.

CLÁUSULA QUINTA

O capital social no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas de R\$ 4,00 (quatro reais) cada uma, fica assim distribuído aos atuais sócios quotistas:

Sócio	%	QUOTAS	VALOR R\$
Bruno Motta da Silva	50	100.000	400.000,00
Edilberto Romero Depardo	50	100.000	400.000,00
TOTAL	100	200.000	800.000,00

CLÁUSULA SEXTA

Com a retirada dos sócios RAPHAEL WILLIAN PAES PEREIRA e JOÃO GABRIEL RANGEL, a administração da sociedade será exercida, por prazo indeterminado pelos sócios BRUNO MOTTA DA SILVA e EDILBERTO ROMERO DEPARDO, ficando dispensados de prestar caução, razão pela qual compete aos administradores a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo assim receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do capital social da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias às sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedades, representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento público ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que sendo para

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/06/2021 SOB O NUMERO 00004081618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2_6A1585A3B7A6FA487EF3DD36F8ED6C00039820CC5950E9A39

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.



JUCEC-RJ
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 04/11

11

representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

Parágrafo Único

Os administradores responderão solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os administradores declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos por Lei especial do exercício da administração de sociedade limitada e que não se acham condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA

Em razão das modificações contratuais, os sócios resolvem consolidar o contrato social tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, passando a ter a seguinte redação.

FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
CNPJ nº 07.952.819/0001-06

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

BRUNO MOTTA DA SILVA, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/03/1983, empresário, residente e domiciliado à Rua Manoel Borba 156, Senador Camará, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.830-450, Portador da Cédula de Identidade Civil nº 20.493.936-7, expedida pelo Detran-RJ e inscrito no CPF/MF nº 100.109.797-19,

EDILBERTO ROMERO DEPARDO, argentino, casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 27/05/1959, empresário, natural do Distrito de Buenos Aires, residente e domiciliado à Rua Aarão Steinbruch, 154, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.790-785, Portador da Cédula de Identidade Civil nº W 343683-0, expedida pelo RNE e inscrito no CPF/MF nº 665.953.557-87;

3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J S M SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB o NÚMERO 00004081618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2.6A1F85A3B7A6FA467EF3DD36F8ED6C06034820CC5950E6A33

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.



JUCERJIA
Aplicativo

Pag. 05/11

12

Únicos sócios da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, com sede em Avenida das Américas, Bloco 1, Sala 427, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22.790-703, NIRE: 33.2.1047650-5, RESOLVE, por este instrumento, consolidar o contrato social, tornando assim, sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, que adequados às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade limitada gira sob o nome empresarial de FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto social da sociedade limitada é:

[81.21.4-00] Limpeza em prédios e em domicílios; [81.29.0-00] Atividades de limpeza não especificada anteriormente; [70.20.4-00] Atividades de consultoria e gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; [71.12.0-00] Serviços de engenharia; [82.11.3-00] Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; [82.20.2-00] Atividades de teleatendimento; [74.90.1-04] Atividades de intermediação e Agenciamento de Serviços, Negócios em Geral; [52.50.8-05] Operador de transporte multimodal.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo de duração da sociedade limitada é por tempo indeterminado, com início das atividades em 31/03/2006.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade limitada poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada pelo o sócio.

CLÁUSULA QUINTA

O Capital Social da sociedade limitada subscrito e integralizado em moeda corrente nacional de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, divididos em R\$ 200.000 (duzentos mil) quotas de R\$ 4,00 (quatro reais) cada, ficando assim distribuído:

Sócio	%	QUOTAS	VALOR R\$
Bruno Motta da Silva	50	100.000	400.000,00
Edilberto Romero Depardo	50	100.000	400.000,00
TOTAL	100	200.000	800.000,00

4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB O NÚMERO 00004081628 e demais constantes do tomo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C276A1585A87A6FA467EF3D136FRED6C0603A20CC52508EA48

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.



JUCEIRJ
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 06/11

13

Parágrafo Único

A responsabilidade dos únicos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA

Ficam dispensadas reuniões de sócios e a lavratura de ata de prestação de contas assim como a publicação e registro da mesma, conforme preceitua o artigo 70 da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade limitada será exercida, por prazo indeterminado pelo sócio **BRUNO MOTTA DA SILVA**, ficando dispensado de prestar caução, razão pela qual compete ao administrador a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo ele receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do capital social da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias às sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedades, representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento público ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que sendo para representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

Parágrafo Único

O administrador responderá solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA OITAVA

O administrador declara sob as penas da Lei que não está impedido por Lei especial do exercício da administração de sociedade limitada e que não se acha condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

RF
[assinatura]
[assinatura]
5 [assinatura]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB O NÚMERO 00094081618 e demais constantes ao termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2-6A1855A3B7A6FA467EF3DD36F8ED6C06039826CC5950E6A28

Para validar o documento acesse <http://www.jucorja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.



JUCEC/RJ

Pag. 07/11

CLÁUSULA NONA

O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, os quais serão atribuídos aos sócios únicos proporcionalmente às suas quotas de capital. Podendo os lucros a critério do mesmo, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

A sociedade limitada poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada do sócio ou ainda, para quaisquer atos julgados necessários pelo sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Os únicos sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

Em caso de falecimento dos únicos sócios a sociedade limitada poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

A sociedade limitada declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

Fica eleito o foro da Comarca de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vierem a ser os futuros domicílios dos únicos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

Os sócios declaram neste ato que não estão incurso em nenhum processo criminal que os impeçam de exercer atividades profissionais.

Lavrado em 01 (uma) via, lido, conferido, compreendido, elaborado de conformidade e nos termos, condições e intenção propostas pelos sócios ora presentes e que os mesmos assinem e rubriquem este instrumento, assumindo integralmente as responsabilidades

6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB O NUMERO 00064081618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2_6A1585A3B7A6FA467EE3DD36F8ED6C06039820CC5950E6A38

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 08/11

legais decorrentes do presente ato, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021.

RECÍPICO
DE NOTAS

Bruno Motta da Silva

RECÍPICO
DE NOTAS

Edilberto Romero Depardo

RECÍPICO
DE NOTAS

Raphael Willian Paes Pereira

RECÍPICO
DE NOTAS

João Gabriel Rangel

7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: J G M SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/06/2021 SOB O NÚMERO 00004081618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2.6A1885A3E7A6FA467EF3DD36F8ED6C06039E20CC5950E6A18

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCEC - RJ
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 09/11

16

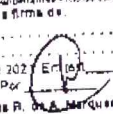
H=3 Cartório
Hamilton Barreto
4º TABELIONATO DE NOTAS
Av. das Américas 10401 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - CEP: 22290-103 | Tel: (21) 2414-2400

CARTÓRIO DO RECREIO 0892274E177573

Reconheço por semelhança a firma de:

JOAO GABRIEL RANGEL

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2021. En 1511 de verdade Cont

Por 

Luciana de Fatima R. de A. Marques - Escrevente
Enquadramos R\$ 8,06 Taxa Função R\$ 2,17 Total R\$ 10,23

Selo: EDUE18680-ROO
consulte em <https://www3.rj.gov.br/etepublico>

CARTÓRIO DO OFÍCIO DE NOTAS
Luciana de Fatima Raposo
de A. Marques
Escrevente
Mat. 9414297

H=3 Cartório
Hamilton Barreto
4º TABELIONATO DE NOTAS
Av. das Américas 10401 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - CEP: 22290-103 | Tel: (21) 2414-2400

CARTÓRIO DO RECREIO 0892274E177574

Reconheço por semelhança a firma de:

GRUPO MOTA DA SILVA, EDILBERTO ROMERO DEPARDO

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2021. En 1511 de verdade Cont

Por 

Luciana de Fatima R. de A. Marques - Escrevente
Enquadramos R\$ 12,12 Taxa Função R\$ 4,34 Total R\$ 16,46

Selo: EDUE18685-RSR, EDUE18686-RPA
consulte em <https://www3.rj.gov.br/etepublico>

CARTÓRIO DO OFÍCIO DE NOTAS
Luciana de Fatima Raposo
de A. Marques
Escrevente
Mat. 9414297

H=3 Cartório
Hamilton Barreto
4º TABELIONATO DE NOTAS
Av. das Américas 10401 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - CEP: 22290-103 | Tel: (21) 2414-2400

CARTÓRIO DO RECREIO 0892274E177576

Reconheço por semelhança a firma de:

RAPHAEL WILLIAN PAES PEREIRA

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2021. En 1511 de verdade Cont

Por 

Luciana de Fatima R. de A. Marques - Escrevente
Enquadramos R\$ 5,05 Taxa Função R\$ 2,17 Total R\$ 7,22

Selo: EDUE18681-RMX
consulte em <https://www3.rj.gov.br/etepublico>

CARTÓRIO DO OFÍCIO DE NOTAS
Luciana de Fatima Raposo
de A. Marques
Escrevente
Mat. 9414297

17



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2100108907

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
07.952.819/0001-06

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

220 Alteração do nome empresarial (firma ou denominação)
202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ
247 Alteração de capital social
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ89647267 - 07952819000106

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
BRUNO MOTTA DA SILVA

CPF
100.109.797-19

LOCAL E DATA

25/05/2021

ASSINATURA (com firma manuscrita)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

CARTÓRIO DO RECREIO 080277AE194790
Rua das Américas, 1400 - Jardim das Bandeirinhas - Rio de Janeiro - CEP: 22709-707 / Tel.: (21) 5434-9000
Reconheço por semelhança a firma de:
BRUNO MOTTA DA SILVA
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021. Entes:
For:
Juliano Valente de Sousa - Escrevente
Tz-Função: PS 2,13
Selo: EDVH07878-RIO
consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/brasilspublico>

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Nome: J G M SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Nome Novo: FRONTIER SERVICOS ESPECIALIZADO LTDA

NIRE: 332.1047650-5 Protocolo: 51-2021/139292-8 Data do protocolo: 27/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/06/2021 SOB O NUMERO 0000461618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A38295AF49F0C2 60F85A5E7A8FA467EF3DD36F8ED6C060398200C590E6A18

Para validar o documento acesse <http://www.jucec.rj.br/servicos/chancela-digital>, informe o nº do protocolo.



JUCEC RJ
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 11/11